



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO
TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 26 DE JUNHO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. _____ - Boa tarde. Quero uma grande salva de palmas para o Vereador Ota. Dentro de sua representatividade na Câmara Municipal. Foi eleito dentro de sua capacidade, de seu compromisso social, não só com o Ipiranga, mas com a cidade de São Paulo.

Ele foi também um dos coautores do projeto de lei 468/12, inicialmente do nobre Vereador José Police Neto. E, hoje, está vindo da Câmara Municipal de São Paulo para nos apoiar.

É um Vereador da região do Ipiranga, trabalha junto com a Márcia, o Luciano, que atuam lá na escola. É uma grande satisfação ter o Vereador aqui, apoiando o projeto de lei, para garantir a construção das unidades habitacionais lá no Ipiranga. Muito obrigado, Vereador, por apoiar nosso projeto.

Mais uma vez, companheiros do Movimento dos Sem Teto do Ipiranga, nosso objetivo é sair lá da região para vir na Casa do Povo para aprovar nosso projeto de lei.

É o PL 468/12 que autoriza a construção de cinco mil unidades habitacionais na região do Ipiranga, no terreno da Petrobrás. Terreno esse que foi rebatizado pelo movimento, hoje se chama Terra Prometida.

Então o Movimento vem, todas as quartas-feiras, à Câmara Municipal, para que esse projeto seja aprovado e possamos conseguir realizar nossos sonhos e os sonhos das famílias moradoras daquela localidade.

Mas, moram em situações, muitas vezes, desumanas, na beira de córrego, em cima de palafitas, pagando aluguel. E esse movimento vem à Casa do Povo promover a igualdade para todos. Promover um debate para que esse projeto consiga atender, de fato, as necessidades daqueles que mais precisam.

Já estão chegando os representantes do Movimento Passe Livre, o qual, nas últimas semanas, fez ações de mobilização social na cidade de São Paulo a fim de garantir um transporte melhor para todos; para garantir às pessoas que não têm possibilidade de pagar sua

passagens, que tenham condições de estarem pagando. É um movimento que saiu para as ruas, assim como o povo brasileiro saiu para as ruas e, assim, mostrando sua mobilização.

Quero dizer aos representantes – e vejo que estão chegando – que o Movimento dos Sem Teto do Ipiranga apoia o Movimento Passe Livre, assim como apoia as iniciativas do Movimento Acorda Brasil e do Movimento Grito dos Excluídos.

É só saindo para as ruas que vamos garantir nossos direitos que estão na Constituição Federal. É só saindo para as ruas que provaremos para os representantes do povo que o povo não só elege, mas também tem seu direito de se manifestar. Ele se manifesta indo para a rua organizado, com a cara pintada, com as bandeiras do Brasil, com palavras de ordem. Só assim vamos conseguir construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Viva a luta! Viva aos movimentos sociais! Viva à vitória do povo!

- Manifestação na plateia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Antes, deixe eu dar um boa tarde a todos.

Lembrar que há cerca de alguns minutos, a equipe da Casa distribuiu para vocês o texto que está em debate. É um esforço da última reunião em forma de audiência pública que foi realizada. Naquela ocasião, utilizamos o plenário do oitavo andar. Vocês lembram disso, né? É aquele chamado Salão Nobre.

Esse que estamos é o Freitas Nobre, que vocês conhecem mais do que aquele do oitavo andar, pois é aqui que todos acabam se reunindo sempre que vêm à Casa.

Embora nossos companheiros já tenham se manifestado, gostaria de abrir os debates às 14h15. E, antes de abrir, gostaria de fazer alguns esclarecimentos.

O projeto a ser discutido, hoje, tem a autoria dos Vereadores: Adilson Amadeu, Alessandro Guedes, Alfredinho, Ari Friedenbach, Arselino Tatto, Atílio Francisco, Aurélio Miguel, Calvo, Claudinho de Souza, Conte Lopes, Coronel Camilo, Dalton Silvano, David Soares, Edir Sales, Eduardo Tuma, Floriano Pesaro, Gilson Barreto, Goulart, Jair Tatto, José

Police Neto, Laércio Benko, Marco Aurélio Cunha, Marta Costa, Natalini, Noemi Nonato, Orlando Silva, Ota, Paulo Frange, Toninho Paiva, Toninho Vespoli e Vavá.

- Manifestação na plateia (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O projeto dispõe sobre a concessão de incentivos ao Programa de Habitação Social no conjunto Heliópolis da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo.

Podemos fazer a abertura? (Pausa)

Tem algum outro Vereador?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na qualidade de Presidente, e assim foi solicitado pelo Presidente da Comissão de Política Urbana Andrea Matarazzo, tenho a oportunidade de conduzir os trabalhos dessa audiência pública agendada pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Declaro, portanto, abertos os trabalhos dessa que é a 11ª Audiência Pública.

Essa audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditorio On Line. Assim, aqueles que não puderam estar aqui, têm a oportunidade de nos acompanhar remotamente pela internet.

O convite dessa audiência foi publicado em *Diário Oficial*, assim como foi publicada nos jornais: *Diário de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*.

Quero lembrar que não é a primeira, mas a segunda audiência pública. Reitero que todos se lembram da oportunidade anterior, no oitavo andar em que nos reunimos.

Por que a importância da audiência pública do dia de hoje? Na primeira realizada, estiveram conosco os técnicos da Secretaria de Habitação, bem como os técnicos da Cohab, e ainda os técnicos da Secretaria de Estado de Habitação, além dos profissionais da CDHU.

Naquela ocasião foi apresentado para a Comissão de Política Urbana algumas divergências no texto, em especial, divergências nas modalidades que a área pode ser adquirida.

O Poder Público Municipal pode adquirir a área desapropriando e comprando. O Poder Público Estadual também pode desapropriar e comprar.

Mas também abriu-se a oportunidade de uma compra direta por parte da Caixa Econômica Federal e era isso que as Secretarias da Habitação, tanto estadual quanto municipal, solicitaram de introdução no texto.

Então farei questão de, na abertura dos trabalhos, fazer a leitura deste texto que foi construído da primeira audiência para esta e já é público desde o começo dessa semana, pois fizemos circular na rede mundial de computadores, a *internet*.

“Substitutivo ao Projeto de Lei 468/12 que dispõe sobre a concessão ao Programa de Habitação Social do Conjunto Heliópolis da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica concedido incentivo urbanístico à implantação de Empreendimento Habitacional de Interesse Social – EHIS, permitidos os usos R1, R2H e R2V, além do coeficiente de aproveitamento básico 1 e máximo 2.50, com exclusividade ao terreno objeto da matrícula 55.609 do 6º Serviço de Registro de Imóveis da Capital, com área de 420.103 metros, localizado à avenida Almirante Delamare, Distrito do Sacomã, Subprefeitura do Ipiranga.

§ Único – Para fins de atendimento, o potencial adicional de construção acima do coeficiente de aproveitamento básico até o coeficiente de aproveitamento máximo não será deduzido dos estoques dos distritos para implantação inclusiva de Empreendimento Habitacional de Interesse Social – EHIS.

Fica o Executivo do Município de São Paulo autorizado a receber, a título de doação ou proceder à desapropriação do todo ou da parte do terreno do objeto da matrícula número 55.609 do 6º Serviço de Registro de Imóveis da Capital, com área de 420.103 metros quadrados, localizados no distrito do Sacomã, Subprefeitura do Ipiranga.

Artigo 3º - A implantação do Empreendimento Habitacional de Interesse Social na

área beneficiada pelos incentivos disritos no Artigo 1º fica vinculada ao atendimento da demanda proveniente das obras de urbanização do Programa Habitacional do Conjunto Heliópolis da Secretaria Municipal de Habitação e demais urbanizações do distrito do Sacomã.

Ficam revogados os melhoramentos viários e as definições de áreas verdes institucionais que incidem sobre a área descrita no Artigo 1º, devendo ser apresentado e aprovado novo plano e melhoramentos públicos que se adequem ao projeto da Habitação de Interesse Social, exclusivamente para o período efetivamente doado ou desapropriado.

As despesas decorrentes da execução do projeto de lei decorrerão por conta do Orçamento próprio do Município.

As disposições dessa lei ficam excluídas do Artigo 46, *caput* da Lei Orgânica do Município.

Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Esse é o texto que foi distribuído no começo da nossa reunião. É ele que é a evolução do último texto debatido na última audiência pública que realizamos na nossa Casa, lembrando que essa audiência pública aconteceu no dia 13 de maio, a qual teve a participação não só do MSTI, mas também de outros movimentos como a UNAS, UMM, como o CMP e, naquela oportunidade, pudemos reconhecer o apoio de diversos organismos sociais que se mobilizam pela cidade justa, pela função social da propriedade e, portanto, por algo que vocês vêm no dia de hoje apresentar.

Abriremos as inscrições. Quem ficará responsável pelas inscrições? (Pausa)

Passo a palavra para o Maksuel fazer a primeira intervenção e, na consequência dele, aqueles que se inscreveram para fazer uso da palavra.

A nossa audiência pode ir até às 3h15, até 3h, mais ou menos, com uma pequena tolerância. É que às 3h teremos a sessão ordinária, quando não podemos continuar com nenhuma atividade que seja concorrente ao plenário.

Temos ainda cerca de 40 minutos para realizar o debate, tendentes à boa orientação que daremos à Casa Legislativa. Este é o ambiente para receber as ofertas da sociedade, leituras sobre o texto, orientações, sugestões e críticas. É este o momento para que a gente possa intervir no processo legislativo de maneira ativa.

Abrirei a palavra ao Maxwell e a outros que se inscreverem.

Saúdo a todos, sejam bem-vindos.

Muito obrigado pela presença. (Palmas)

O SR. MAXWEL – Quero agradecer a oportunidade concedida não só pelo Police, mas aos outros Vereadores que foram coautores de um importante projeto que está sendo apresentado aqui.

Nós já estamos acostumados, como já falei, a toda quarta-feira, desde o ano passado, esse movimento de luta por moradia da região do Ipiranga, vem a esta Casa, falar desse projeto de lei que se destina a construir unidades habitacionais para aqueles que mais necessitam.

Minha fala é uma fala de agradecimento. É uma fala que está engasgada na garganta de muitos brasileiros, uma fala que não existe governo ruim, existe povo mal organizado.

O Movimento Sem Teto do Ipiranga vem a esta Casa com uma forma de organização, propondo um projeto de lei para uma terra que não tenha função social atenda as necessidades e os anseios das famílias que mais necessitam, que atenda sua função social promovendo igualdade, justiça, cidadania para aquelas famílias que estão na Cidade, na beira do córrego, em palafitas, em favelas ou comunidades, e, pior, que estão nessas situações e ainda pagam aluguel.

Hoje, nesta audiência pública, quero agradecer não só ao Vereador Police Neto, não só a sua pessoa, por ter acreditado nesse movimento; mas a todos os Vereadores que assinaram esse importante projeto de lei.

Vamos continuar lutando, organizados, coesos, com justiça, para a gente construir nossas unidades habitacionais e uma sociedade mais justa e igualitária para todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero fazer uma retrospectiva, falando de que área é essa, para aqueles que não participaram da primeira audiência pública ou não militam naquela região ou no Movimento, a fim de que entendam um pouco sobre a importância dessa área.

É uma área que nunca teve uso formal, que sempre foi muito cobiçada. Sabemos que a cobiça pode gerar uma concorrência, e, por sua vez, um altíssimo valor, o que espantaria a possibilidade de construir lá unidades habitacionais para quem precisa.

Normalmente, quando muita gente quer uma mesma coisa, essa mesma coisa adquire um valor que poucos podem pagar. O solo urbano é um pouco assim: poucos detêm muito, e a maior parte nada tem. Esses poucos que muito têm se utilizam de um processo que se chama retenção especulativa, para fazer sempre o que eles têm valer mais, e o acesso da população de baixa renda fica impedido, e, por isso, a cidade de São Paulo ainda tem mais de 3 milhões de pessoas vivendo, segundo os dados do último Censo do IBGE, em habitações subnormais, essas relatadas pelo Max, próximas do córrego, em situação insalubre, com três famílias morando em 40 ou 50 metros quadrados, algo que muitos de vocês conhecem e vivem.

Essa era uma área que poderia partir para um desenvolvimento imobiliário muito parecida com uma outra área que foi pública, aquela grande área da Telefônica, agora batizada de Jardins Perdizes. Poderíamos ter um Jardins Ipiranga, que nasceria na terra da Petrobrás, não fosse o Movimento que, a partir de 2005, zelou por aquela área, dialogou com a Petrobrás, com a caixa Econômica Federal, com o Ministério das Cidades, com a Secretaria Municipal de Habitação, com a COHAB, com a Secretaria de Estado de Habitação e com a CDHU, fazendo com que aquela área não pudesse ser cobiçada por ninguém, além da boa cobiça do povo que quer construir uma cidade justa. Essa a gente aceita. A disputa dos movimentos populares por

uma área que vai construir habitação de interesse social é boa, porque é mais gente empurrando para o mesmo lado. Agora a disputa dos movimentos populares com grandes empreendedores e com grandes corporações sempre faz com que a população, que mais precisa, se distancie.

Então, era uma área que não produziu, ao longo da sua história, uma área que, no momento em que foi abraçada pela Petrobrás, no momento em que comprou, foi imaginada para desenvolver algo que servisse à sociedade como um todo.

Pergunto a todos vocês que lá estiveram durante todo esse tempo: aquela área serviu para a Cidade, produziu para a Cidade? (Pausa) Não.

Nós sabemos, hoje, que é uma área dotada de infraestrutura completa. É difícil sair dali e vir para a região central? Não, porque temos rede troncal de sistema público de transporte coletivo: trem, metrô, corredor de ônibus. Como também não é difícil chegar na nossa cidade vizinha: São Caetano, que também tem opção de emprego, e por ali chegar no ABC.

Do ponto de vista da localização geográfica, a área da Petrobrás, com os 420 mil metros é muito importante para, quem sabe, darmos um passo gigantesco na construção de um bairro completo.

O que se discute no projeto quando se fala em novos melhoramentos é que precisamos rerepresentar um projeto para que aquilo sirva para empreendimento habitacional de interesse social, com um volume necessário de creches para acolher os filhos daqueles que lá vão morar – que são vocês e outros que aqui não estão -, que possa ter as escolas que garantam educação pública, gratuita e de qualidade, as unidades básicas de saúde que promovam saúde e não fiquem remediando uma condição não positiva de vida urbana e um espaço dotado para o comércio tão importante para as mais de 30 mil pessoas – o que é esperado que morem lá a partir das 5 mil unidades habitacionais -, segundo os primeiros estudos realizados pela Secretaria Municipal de Educação, a partir de um estudo

encomendado ao escritório de arquitetura Piratininga.

O escritório Piratininga nos importa hoje ser anunciado porque é um dos responsáveis por esse estudo, hoje, é Diretor de Urbanismo da empresa Municipal de Urbanismo, SPUrbanismo. Então, estamos aqui consagrando estudos de técnicos que hoje comandam o desenvolvimento urbano da Cidade. Essa questão nos parecia fundamental.

Relembrar a história desde 2005, desde a ocupação da área, da sede da Petrobrás na Paulista, as viagens e caravanas a Brasília, para garantir diálogo com a Caixa Econômica Federal e com o Ministério das Cidades, são fundamentais para a gente chegar num projeto completo, diálogo com todos, sem medo de receber não, porque não foram poucos os não que recebemos para chegarmos até aqui. Não foram poucos.

A prova disso foi que passaram 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Este é o nono ano.

Portanto, já se acumula um sonho que, quando fica mais próximo, normalmente a gente se acomoda.

Por isso a gente fez questão de fazer a audiência pública no dia de hoje. Na quarta-feira, da semana passada, tivemos a concordância dos membros da Comissão e também do Presidente da Comissão. Ainda, tivemos o anúncio do Presidente da Câmara de que, hoje, teríamos condição de votar porque o projeto era de autoria coletiva e os processos de autoria coletiva têm vantagem aos projetos individuais. E essa era uma questão que nos chamava a atenção.

Lá atrás, quando foram buscar a autoria coletiva, era exatamente para mostrar que esse não é um projeto de um. Por isso, mais de 30 Parlamentares assinam esse projeto.

O dia de hoje, depois de encerrar nossa audiência pública, é ir acompanhar os trabalhos no Plenário para trabalhar na votação no dia de hoje. Essa é uma questão importante. Votaremos a inclusão na pauta, a manutenção na pauta e, depois, a deliberação. Da mesma forma que deliberamos, no começo deste ano, a votação em primeira desse projeto.

Por isso, estamos votando pela segunda vez.

Da primeira para a segunda vez, foi possível dialogar com todas as partes que se envolvem nisso: Governo Municipal e a sua empresa, a Cohab; Governo do Estado e a sua empresa, CDHU e as duas Secretarias que comandam a política pública de habitação.

Não faltou o debate com o Governo Federal, não. Governo Federal com o Ministério das Cidades e Governo Federal com a Caixa Econômica Federal.

Então, era essa a orientação e eram essas as informações que a gente gostaria de trazer para deixar muito claro de onde viemos e para onde vamos.

Há inscritos? (Pausa)

(NÃO IDENTIFICADO) – Perfeito. Esse é o nosso anseio como Movimento dos Sem Teto do Ipiranga, esperamos por isso.

Como o Police mesmo colocou, a nossa luta vem desde 2005 para que possamos ter esse projeto aprovado, para que possamos construir as unidades habitacionais no Ipiranga.

Como falei no início, também temos a participação do Movimento Passe Livre. Uma salva de palmas para o Movimento! (Aplausos)

Esse Movimento também está lutando por uma sociedade mais justa, mais igualitária.

Também está aqui o Movimento Grito dos Excluídos; o pessoal da Feirinha da Madrugada.

Então, estamos todos aqui com o mesmo objetivo. Estamos todos aqui para lutar por uma sociedade mais justa, uma sociedade mais coesa, uma sociedade que olhe para a população que está na rua e respeite essa população.

Police, não só representando a nossa vontade e os nossos anseios, foi o grande responsável por esse projeto na Casa. Também os outros Vereadores que assinaram a coautoria, uma grande salva de palmas. (Aplausos)

São Vereadores que se comprometeram com a luta e estão aí.

Esperamos que os outros movimentos também sejam ouvidos, porque só construímos uma sociedade organizada quando temos Parlamentares comprometidos com as causas sociais, que olham para a sociedade e respeitam aqueles que os elegeram.

Police, você é um desses Parlamentares e eu tenho um grande orgulho de fazer parte dessa concepção.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos encerrar a audiência, mas não encerra o nosso encontro.

Então, formalmente, nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada a 11ª audiência pública da Comissão de Política Urbana que tratou, no dia de hoje, o Projeto de Lei que trata do terreno da Petrobras, no Distrito do Sacomã, na Subprefeitura do Ipiranga, vocacionando esse terreno com exclusividade a empreendimento habitacional de interesse social.

A partir de agora, vamos fazer o processo de abertura de galerias. É muito importante acompanharmos a sessão, hoje, do começo ao fim.

Hoje é o dia de nossa grande conquista!

Estão encerrados nossos trabalhos.